



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681004 - SP (2021/0224100-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : NATÁLIA DA COSTA NORA - SP223825  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : V M P (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de V M P em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2159920-44 .2021.8.26.0000).

O paciente foi "condenado pela prática de ato infracional equiparado ao roubo, e atualmente cumpre medida de internação na Unidade da Fundação CASA –Centro Ribeirão Preto, desde 26.01.2021, embora tenha respondido ao processo internado desde 17.12.2020" (fl. 4).

A impetrante sustenta que o paciente faria jus à desinternação mediante o acompanhamento remoto, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020, tendo em vista ser portador de asma, estando inserido no grupo de risco da covid-19.

Assevera que a exposição de adolescente a risco de morte desvirtua completamente os objetivos da medida socioeducativa em questão, considerando o viés de educação pretendido pela medida

Requer, liminarmente, seja determinada a imediata desinternação do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para determinar a substituição da medida socioeducativa de internação por liberdade assistida ou, alternativamente, que ele passe a ser acompanhado remotamente (fl. 12).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, a impetrante deixou de juntar cópia do acórdão impetrado. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão impetrado.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente